

RESUMO EXPANDIDO:



ENTRE A HISTÓRIA E O ESQUECIMENTO: O SILENCIAMENTO DO ACONTECIMENTO DITADURA CIVIL-MILITAR NO ENEM (2019–2022)

Autora: Ádilla Lima Fernandes¹

Orientadora: Jane Semeão ²

Resumo: Embora o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM -- seja uma importante política pública educacional que democratiza o acesso ao ensino superior, ele não está livre de tentativas de interferências, principalmente quando o contexto é de um governo negacionista que se caracteriza pelo ataque a ciência. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é investigar como a ausência e posterior minimização de questões sobre a Ditadura Civil- Militar no ENEM durante o governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), se constituiu como uma política de silenciamento que buscou apagar alguns aspectos históricos desse passado recente. Para isso, analisamos os cadernos de provas do ENEM nas edições aplicadas entre os anos de 2012 e 2022, objetivando verificar as presenças ou ausências do tema ao longo dos períodos. Também utilizamos como fonte o relatório da Comissão Verificadora de Itens, que apresenta todo o balanço do trabalho que se excluiu questões disponíveis no Banco Nacional de itens que seriam usadas no exame de 2019, e as notas técnicas do INEP, que trazem dados sobre desempenho e eventuais mudanças incorporadas ao longo do tempo. Esses documentos estão disponíveis no site do INEP/MEC, permitindo entender como algumas escolhas afetaram a presença de conteúdos ligado a Ditadura Civil-Militar brasileira. Esses achados indicam a necessidade de refletir acerca dos usos políticos da educação e os impactos do silenciamento histórico institucionalizado nas políticas públicas.

Palavras-chave: ENEM. Memória. Ditadura Civil-Militar. Negacionismo. Governo Bolsonaro.

¹ Ádilla Lima Fernandes, Universidade Regional do Cariri, História, adilla.fernandes@urca.br

² Prof. Dra. Jane Semeão, Universidade Regional do Cariri, História, jane.semeao@urca.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como a ausência e a minimização de conteúdos sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no período entre 2019 e 2022, durante o governo Jair Messias Bolsonaro, se configuram como um projeto político de silenciamento da memória histórica recente. A escolha do tema surgiu a partir da disciplina Projeto de Pesquisa do curso de licenciatura em história da Universidade Regional do Cariri – URCA, ministrada pela professora Jane Semeão. A pesquisa se fundamenta no conceito de “memória manipulada”, conforme discutido por Paul Ricoeur, e dialoga com autores como Motta (2021), Fraga (2023), Travitzki (2021) e Efrem (2022). Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e documental, que problematiza a instrumentalização política da memória histórica e os efeitos dessa omissão nos processos democráticos. O ENEM, como principal política pública de acesso ao ensino superior no Brasil, torna-se um espaço sensível às disputas políticas e ideológicas, especialmente no que se refere à construção de narrativas sobre o passado autoritário brasileiro.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida mediante abordagem qualitativa e documental, com base em uma análise crítica e comparativa dos cadernos de provas do ENEM, no período de 2012 a 2022. O foco principal esteve na investigação da presença ou ausência de questões relacionadas à Ditadura Civil-Militar brasileira, especialmente durante os anos de governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Para isso, foi realizado um levantamento sistemático dos itens das provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias, observando tanto a frequência quanto a profundidade dos conteúdos abordados. Foram utilizadas como fontes complementares o Relatório da Comissão Verificadora de Itens do INEP, publicado em resposta a um requerimento da Câmara dos Deputados, e a Nota Técnica INEP 001/2019. Tais documentos permitiram identificar a atuação da comissão externa na exclusão de temas considerados “sensíveis” do Banco Nacional de Itens (BNI), banco onde as questões do ENEM ficam disponíveis. Também foram analisados discursos públicos do então presidente e de seus aliados, com ênfase em suas manifestações sobre a ditadura e o próprio Enem. O método combinou análise documental, levantamento de dados e diálogo com referenciais teóricos que abordam temas referentes a memória e história.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise dos cadernos de provas do ENEM revelou que, entre os anos de 2012 e 2018, o tema da Ditadura Civil-Militar esteve presente de forma contínua e crítica nas edições do exame. Questões abordavam desde a repressão política até a censura, a atuação da imprensa e o papel de movimentos sociais na redemocratização. No entanto, a partir de 2019, com a posse de Jair Bolsonaro, registrou-se uma ruptura: nenhuma questão sobre a ditadura foi inserida no exame daquele ano, as questões encontradas nas edições posteriores mencionam aspectos do período de uma forma menos direta, o que pode ser fruto de respostas dos próprios servidores do Inep frente a tentativa de interferência do governo federal. O Relatório da Comissão Verificadora de Itens, elaborado por nomeação do próprio governo, apontou a não recomendação de 66 itens, muitos deles relacionados a temas considerados “polêmicos”, como direitos humanos, sexualidade, questões de gênero e a própria ditadura militar. Essa exclusão coincidiu com uma série de declarações públicas do presidente e seus apoiadores que exaltavam o regime militar, negavam a existência de tortura e desqualificavam a história acadêmica. A atuação estatal sobre o ENEM demonstrou-se não apenas técnica, mas profundamente ideológica, transformando o exame em um campo de disputa pela memória nacional. Isso representa um grave risco à construção de uma educação crítica e cidadã, já que impossibilita que os estudantes brasileiros reflitam sobre eventos que marcaram profundamente a história do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos revelam que a minimização das questões sobre o tema Ditadura Civil-Militar no ENEM durante o governo Bolsonaro não foi coincidência, mas sim parte de um projeto político-ideológico de apagamento histórico. A interferência direta na elaboração das provas, a exclusão de conteúdos e a retórica negacionista do governo compõem uma política de manipulação da memória, que compromete a função social da educação pública. O ENEM, enquanto instrumento de avaliação e acesso ao ensino superior, torna-se um espaço estratégico na disputa por narrativas sobre o passado. Destaca-se, portanto, a importância de

resistir a tentativas de revisionismo histórico que não levam em consideração a graveza dos crimes cometidos durante o período ditatorial brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof^a Dra. Jane Semeão, pelo apoio e incentivo durante todo o processo de construção deste trabalho. Estendo meus agradecimentos à Universidade Regional do Cariri (URCA), aos colegas, amigos e familiares que me sustentaram durante essa jornada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EFREM, Raissa Gouveia. Com a cara do governo: algumas considerações sobre a ausência do golpe de 1964 nas aplicações do Exame Nacional do Ensino Médio no governo Bolsonaro. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, v. 4, n. 5, p. 92-103, 2022.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. O ENEM sob vigilância: a Comissão Verificadora de Questões e as provas de Ciências Humanas no governo Bolsonaro. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 28, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2023v28n2e45544>. Acesso em: 10 out. 2024.

MALUSÁ, S.; MEDEIROS ORDONES, L. L. de; RIBEIRO, E. Enem: pontos positivos para a educação brasileira. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2015. DOI: 10.14393/REPOD-v3n2a2014-30284. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/30284>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. O ENEM no governo Bolsonaro: as provas de Ciências Humanas de 2019 e 2020. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (ENESEB), 7., 2021, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br>. Acesso em: 2 out. 2024.

MELO, J. E. “Seu futuro passa por aqui”: o Enem como política avaliativa e os conhecimentos históricos exigidos. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 4, n. 11, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aedos/a/31069>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: o regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Enem como certificação de conclusão do Ensino Médio. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 27 jan. 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François, Liana Joppert Swain e Paulo Neves. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

TEÓFILO, João. Jair Bolsonaro: uma ameaça à memória. **História da Ditadura**, 04 ago. 2019. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/jair-bolsonaro-uma-ameaca-%C3%A0-mem%C3%B3ria>. Acesso em: 12 jan. 2024.